

MULHERES NEGRAS E DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: TRAJETÓRIAS E RUPTURAS

Ana Carolina Silva dos Santos¹; <https://orcid.org/0000-0002-1213-6947>

Bruna Oliveira dos Santos²; <https://orcid.org/0009-0002-1502-8340>

Lia Teodoro Martins Ferreira³; <https://orcid.org/0009-0009-9340-439X>

Jaciara Cristina da Silva⁴; <https://orcid.org/0009-0003-2529-0323>

Elisabete Figueroa dos Santos⁵; <https://orcid.org/0000-0003-2017-8845>

Resumo

A construção deste artigo é uma realização coletiva, orquestrada por um grupo de mulheres negras que, por meio da escrita, se aquilombam. Partimos da consideração de que as questões interseccionais de raça e gênero atravessam a construção pessoal e profissional de mulheres negras em diferentes contextos sociais, caracterizando, assim, nosso problema de pesquisa, que é a (não) presença das mulheres negras nas universidades como *outsiders*. Propomos, portanto, refletir sobre a mulher negra na docência a partir de uma revisão bibliográfica de escopo em duas bases de dados brasileiras, utilizando as palavras-chave: “mulher negra” e “universidade” ou “academia”, com vistas a encontrar produções que contemplem as trajetórias e narrativas dessas mulheres, a fim de identificar as nuances identitárias, científicas, relacionais e institucionais que posicionam (ou não) docentes negras como produtoras de conhecimento válidos e influentes no meio em que se encontram. Dessa forma, foram inicialmente incluídos 25 artigos e, aplicando-se os critérios de exclusão, a amostra foi reduzida para oito artigos. Os resultados demonstram que, apesar da pouca quantidade de artigos encontrados e de circunstâncias desafiadoras enfrentadas por essas mulheres negras, suas presenças movimentaram a estrutura institucional em que se encontram, seja na constituição de perspectivas científicas interseccionais, seja na ruptura do ideal masculino, branco, pretensamente universal ligado ao padrão científico acadêmico.

Palavras-chave: Trabalho docente; Relações étnicas e raciais; Mulheres; Instituições de ensino superior; Universidades.

Black Women and Teaching in Higher Education: Trajectories and Ruptures

Abstract

The construction of this article is a collective achievement, orchestrated by a group of black women, who, through writing, get along. We start from the consideration that the intersectional issues of race and gender permeate the personal and professional construction of black women in different social contexts, thus characterizing our research problem, which is the (non) presence of black women in universities as outsiders. We therefore propose to reflect on black women in teaching based on a bibliographical review of scope in two Brazilian databases, using the keywords: “black woman” and “university” or “academy”, with a view to finding productions that contemplated the trajectories and narratives of these women, in order to identify the identity, scientific, relational and institutional nuances that position (or not) black teachers as producers of valid and influential knowledge in the environment in which they work. find. Therefore, 25 articles were initially included and, applying the exclusion criteria, the sample was reduced to eight articles. The results demonstrate that, despite the

1 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; acsilva.psicologia@gmail.com

2 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; brunaaposan@hotmail.com

3 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; lia_martis@hotmail.com

4 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; jaciarasilva27@gmail.com

5 Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil; elifigue@unicamp.br

small number of articles found and the challenging circumstances faced by these black women, their presence moved the institutional structure in which they find themselves, whether in the constitution of intersectional scientific perspectives, or in the rupture of the masculine, white, ideal, supposedly universal linked to the academic scientific standard.

Keywords: Teaching work; Racial and ethnic relations; Women; Higher education institutions; Colleges.

Las Mujeres Negras y La Docencia en La Educación Superior: Trayectorias y Rupturas

Resumen

La construcción de este artículo es un logro colectivo, orquestado por un grupo de mujeres negras, que a través de la escritura se llevan bien. Partimos de la consideración de que las cuestiones interseccionales de raza y género permean la construcción personal y profesional de las mujeres negras en diferentes contextos sociales, caracterizando así nuestro problema de investigación, que es la (no) presencia de mujeres negras en las universidades como *outsiders*. Proponemos entonces reflexionar sobre las mujeres negras en la docencia a partir de una revisión bibliográfica de alcance en dos bases de datos brasileñas, utilizando las palabras clave: “mujer negra” y “universidad” o “academia”, con miras a encontrar producciones que contemplen las trayectorias y narrativas de estas mujeres, con el fin de identificar los matices identitarios, científicos, relacionales e institucionales que posicionan (o no) a los docentes negros como productores de conocimiento válido e influyente en el entorno en el que trabajan. encontrar. Por tanto, inicialmente se incluyeron 25 artículos y, aplicando los criterios de exclusión, la muestra se redujo a ocho artículos. Los resultados demuestran que, a pesar del pequeño número de artículos encontrados y de las circunstancias desafiantes que enfrentan estas mujeres negras, su presencia movió la estructura institucional en la que se encuentran, ya sea en la constitución de perspectivas científicas interseccionales, o en la ruptura de lo masculino, blanco, ideal supuestamente universal vinculado al estándar científico académico.

Palabras clave: Trabajo docente; Relaciones raciales y étnicas; Mujeres; Instituciones de enseñanza superior; Universidades.

Comprender o lugar da mulher negra na sociedade é desvelar os processos de luta por direitos e cidadania, ao sinalizar o quanto, até os dias atuais, as mulheres negras precisam reivindicar uma condição de humanidade, feminilidade e racialidade (Carneiro, 2023). Audre Lorde (2019), ao explorar o conceito de *outsider*, faz menção às mulheres negras, visto que numa sociedade guiada pelo princípio do consumo produzido pelo ocidente branco europeu, em que o bom é pautado no lucro de algumas pessoas, aquelas que não correspondem a esse sistema como previsto são inferiorizadas e desumanizadas. Assim, as mulheres negras são enquadradas como *outsiders*.

Às custas de muitos esforços e trabalhos, mulheres negras têm acessado espaços sociais públicos, devido a um recente avanço nas discussões sobre práticas antirracistas, impulsionadas pelas demandas dos movimentos negros e demais organizações da sociedade civil, resultando na atuação de dispositivos legais, como as leis 12.711/2012, alterada pela lei 14.723/2023, que trata sobre as cotas raciais em universidades e a lei 12.990/2014, referente às cotas raciais em concursos públicos. Dessa forma, percebe-se um aumento da presença de mulheres e homens negros em diferentes

espaços e níveis da Educação e do Mercado de Trabalho, ainda que a maioria dos cargos de decisão ainda sejam ocupados por homens brancos (Carneiro, 2023).

É importante ressaltar que as mulheres negras são as menos representadas nos cargos de maior relevância no mercado, incluindo as universidades. Sendo assim, urge discutir a (não) presença de mulheres negras na universidade como docentes, bem como colocar em perspectiva a reflexão e o reconhecimento de que essas mesmas mulheres ocupam essa função ainda na posição de *outsiders*.

O texto ora apresentado trata de uma revisão de escopo feita em duas bases de dados nacionais de artigos científicos sobre a trajetória docente de mulheres negras na universidade. Para isto, realizamos a pesquisa nas plataformas Scielo e Portal de Periódicos da CAPES, com os marcadores “mulher negra” e “universidade” ou “academia”.

Para melhor circunstanciar a temática, discorremos acerca do lugar histórico da mulher negra na sociedade brasileira, como base para se pensar a trajetória dessas docentes. Posteriormente, discutimos dados que mostram a realidade dessas mulheres na academia, bem como questionamentos acerca de sua pouca presença

na função de docentes. Por fim, são apresentadas as histórias e trajetórias dessas professoras que, mesmo em áreas do conhecimento e de localidades diferentes, refletem grandes similaridades do que historicamente mulheres negras enfrentam no país para ter acesso e permanência no Ensino Superior.

Gênero, Raça e Ensino Superior: Onde Estão as Mulheres Negras?

Nesta seção, colocamos em discussão as relações entre os seguintes marcadores: mulheres, negras e educação superior, configurando intersecções de gênero e raça com um marcador institucional ligado à escolaridade e, conseqüentemente, em nossa sociedade ocidentalizada, à intelectualidade. A partir disso, faz-se imprescindível demarcar a posição das mulheres negras no universo acadêmico, considerando como se estabelece a relação com a produção de conhecimento, bem como as formas de (des)articulação da instituição universitária com esses corpos – físicos e de saberes – negro-femininos.

Segundo censo demográfico de 2022, divulgado pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), dos 55,4% de negros no nosso país (pretos e pardos), mais de 57 milhões são mulheres negras, configurando o grupo com o maior contingente populacional. No entanto, apesar de pesquisas recentes mostrarem que houve um avanço significativo de acesso dos estudantes negros às universidades, segundo os dados do IBGE de 2022 divulgados pelo ministério, esses avanços ainda não foram suficientes para mudar a lógica colonial racista em que mulheres negras com ensino superior ainda representam apenas 14,7% da população universitária, ficando acima apenas dos homens negros (10,3%). As mulheres brancas, por sua vez, dominam o acesso com 29%, seguidos dos homens brancos, com 24,9%. Interessante observar que na mesma pesquisa, mulheres negras ocupam o primeiro lugar (35%) nas categorias ensino médio completo ou superior incompleto (Brasil, 2022).

Verifica-se, portanto, que a raça é determinante no cenário social acadêmico, não só nos níveis iniciais de acesso, mas, principalmente, na manutenção e conclusão do ensino superior, haja vista que mesmo com o aumento de estudantes negros e negras matriculados em cursos de graduação, dado amplamente divulgado

pelos mídias devido às políticas afirmativas de cotas raciais, os mesmos números não são refletidos quando se considera a conclusão da graduação.

Considerando o nível de pós-graduação no universo discente tem-se, segundo levantamento realizado pela Liga de Ciência Preta Brasileira em 2020 (GIFE, 2022), a partir de dados da plataforma Lattes, apenas 15,4% dos alunos de pós-graduação negros, sendo 2,7% pretos e 12,7% pardos. Já no universo docente, segundo o último Censo de Educação Superior, que realizou um recorte racial, em 2016, mulheres negras docentes e doutoras eram menos que 3%, o que, na época, somava 219 mulheres. Vale observar que mesmo as mulheres negras tendo mais acesso aos primeiros níveis da formação acadêmica, quando comparadas aos homens negros, na docência, como doutores, ambos se apresentam com praticamente a mesma porcentagem, com poucos pontos percentuais a mais para os homens negros, devido à maior proporção de homens pardos. De forma geral, levando-se em conta docentes com doutorado na pós-graduação, mulheres negras são as menos representadas (Brasil, 2016).

As discussões teóricas sobre esta temática se dão, justamente, pela forma como as interseccionalidades constituem a mulher negra, como um “sistema de opressões interligadas” que afastam esse corpo da ciência e da sua relação com a intelectualidade e a produção de conhecimento. Assim, ao invisibilizar a mulher negra nesses espaços, reafirma-se o padrão científico no qual a valorização da objetividade e da neutralidade é associada ao homem branco, sujeito universal e racional (Akotirene, 2019).

Frantz Fanon (2008) e Sílvio Almeida (2020) contribuem para ponderarmos como a ideia de uma superioridade de raças foi construída e inculcada em um imaginário universal que restringe o corpo preto a um espaço de subalternidade, onde não são previstas inteligência e racionalidade. A esse corpo, restou o trabalho, a ausência de pensamento, a automatização de processos que, em conjunto com as práticas coloniais que fundam a sociedade brasileira, constituem uma perspectiva racista estruturante e institucionalizante nas políticas educacionais, o que faz com que homens e mulheres negras estejam distantes da academia. Dessa forma, o racismo, tal qual um crime perfeito, articula-se de forma material, simbólica e subjetiva, alimentando discursos que perpetuam a subalternidade da raça negra, induzindo a crenças coletivas

e individuais de impotência intelectual, da mesma forma que inibem, no campo político e educacional, as oportunidades nas universidades.

As políticas afirmativas de cotas instituídas pela Lei 12.711/2012, a qual foi alterada pela lei 14.723/2023, prevê reserva das vagas de graduação e pós-graduação em universidades federais para estudantes de escolas públicas e, dentro deste escopo, as vagas são subdivididas entre pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Desde a sua implantação, nem todas as universidades aderiram integralmente à lei e por se tratar de uma legislação federal, não prevê obrigatoriedade de cumprimento nas universidades estaduais. Algumas instituições aderiram, outras demoraram a implantar, restringindo-se a cursos comumente ligados às ciências humanas, o que se reflete nos dados antes apresentados da pouca expressividade negra e indígena nas ciências exatas e biológicas. Fato é que a existência dessa política, que foi alcançada a partir de movimentos sociais que tensionaram o Estado, movimentou a estrutura colonial brasileira, permitindo que a população minorizada acessasse o ensino superior.

A lei 12.990/2014, também fruto da luta dos movimentos sociais e que reserva 20% das vagas em concursos públicos para negros e negras, foi um diferencial na construção de uma carreira docente na academia por pessoas negras, já que a lei abrange instituições federais, autarquias e fundações públicas, em geral. No entanto, a exigência mínima de três vagas para efetiva aplicação, quase sempre não contempla o meio acadêmico, haja vista que a maioria dos editais para esses cargos oferecem uma ou duas vagas. Quando não, a brecha interpretativa também é uma justificativa de não aplicabilidade da lei, já que o oferecimento de mais de três vagas em áreas diferentes do conhecimento, pode ser entendida como obstáculo para contemplar os requisitos exigidos na lei (Mello & Resende, 2019).

Apesar das adversidades e articulações institucionais racistas e sexistas no ensino superior, a presença

de mulheres negras nas universidades, principalmente na posição de docente, fomentou a produção de conhecimento na área das relações étnico-raciais. As provocações interseccionais que as constituem traçaram narrativas e reordenaram métodos e paradigmas que caracterizam suas pesquisas e potencializam suas carreiras; afinal, essa diversidade temática, autoral e epistemológica coloca a instituição em que a docente está inserida em destaque, inovando a ciência, de modo a demonstrar que ela também pode ser diversa e inclusiva, quebrando o conceito padrão europeu e ocidental arraigado no campo científico (Andrade, Almeida, Miranda, & Oliveira, 2024).

Método

Foi realizada uma revisão bibliográfica de escopo (Arksey & O'Malley, 2005), na plataforma Scielo e no Portal de Periódicos da CAPES, com a utilização dos marcadores: “mulher negra” e “universidade” ou “academia”, a fim de localizar estudos cuja discussão central fosse a relação “mulher negra e docência universitária”. A partir de uma pré-seleção dos artigos voltados à análise da (não) presença de mulheres negras docentes na academia, localizamos 25 artigos. Após a leitura dos textos na íntegra, foram excluídos artigos em outras línguas; em que os marcadores apareciam dispersos ou desconectados; bem como aqueles voltados ao tratamento de assuntos tangentes como estatísticas discentes e ausência da trajetória e/ou perspectiva da mulher negra como docente.

Por fim, oito artigos foram selecionados e analisados a partir de uma abordagem narrativa em que discutimos as semelhanças entre as trajetórias, as interseccionalidades, o racismo estrutural e institucional nas narrativas, bem como a influência dessas docentes no campo identitário, das representações sociais e nas produções científicas tanto nas relações étnico-raciais como em outras áreas. Os artigos estão abaixo relacionados no Quadro 1.

Quadro 1

BASE DE DADOS	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORAS/ES	REVISTA	ANO
CAPES	Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas	Crisostomo, M. A. dos S. & Reigota, M. A. dos S.	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)	2010
CAPES	Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da Professora Eunice Prudente	Carvalho, M. P. de & Silva, V.A.	Revista POIÉSIS	2014
CAPES	Entrevista com Katemari Diogo Rosa	Casagrande, L.S. & Freitas, L.B. de	Cadernos de Gênero e Tecnologia	2018
CAPES	Por um olhar interseccional na universidade durante e pós-pandemia: entrevista com a Dra Joana Angélica Guimarães da Luz	Oliveira, C. B. F de	Educação, Comunicação e Tecnologia (SCIAS)	2021
CAPES	Sob o Espectro da Interseccionalidade: mulher, negra e Professora	Santos, L. L. dos & Ziliotto, D.M.	Revista Interinstitucional Artes de Educar (RIAE)	2021
CAPES	Educação antirracista e democratização do ensino superior	Soares, C. G.	Revista Contemporânea de Educação	2021
CAPES	Mulheres negras professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de Geografia	Azevedo, L.C. L. & Sacramento, A.C.R.	Revista Caminhos de Geografia	2022
Scielo	Eliza: trajetória e estratégias de sobrevivência de uma outsider/within na Matemática	Menezes, M.B. de	Bolema: Boletim de Educação Matemática	2023

Fonte: as autoras.

Resultados

Serão apresentados, a seguir, alguns trechos dos artigos selecionados que versam sobre a trajetória dessas mulheres negras na universidade, com foco em suas experiências como docentes/professoras. Elas falarão por si mesmas. E, inspiradas por Lélia Gonzalez, que diz que: “[...] negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles” (Bairros, 2000. p. 343), sintetizamos as histórias de mulheres negras docentes universitárias, cujos nomes são: Joana Angélica, Katemari Diogo, Eliza Maria, Claudete Gomes, Eunice Prudente, Ella, Filomena, Maria, Sol, Dyami (essas cinco últimas com nomes fictícios), entre outras mulheres negras, que integraram as pesquisas aqui narradas.

O artigo apresentado em forma de entrevista por Oliveira (2021), retrata aspectos da trajetória da professora Dra. Joana Angélica Guimarães da Luz – a primeira mulher negra eleita como reitora em uma Universidade Federal no Brasil –, abordando suas considerações sobre as mudanças ocasionadas pela pandemia, que levaram muitas pesquisadoras e professoras mães e/ou cuidadoras a se readaptar, inserindo atividades laborais e de pesquisa em seus espaços domésticos.

A respeito de sua trajetória, ressalta que se inicia similarmente à maioria das pessoas negras no Brasil, sendo marcada pela pobreza, necessidade de migrar para outros espaços a fim de buscar melhores condições de trabalho e estudo. Joana destaca o incentivo por parte de sua mãe para que ela e seus irmãos concluíssem seus estudos, já que isso não havia sido possível para a própria mãe. Mesmo trabalhando para auxiliar a família, esse incentivo materno foi crucial para que Joana continuasse seu caminho na academia, tanto no Brasil quanto fora dele. Coursou Geologia, fez mestrado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e seu doutorado nos EUA, pois havia ido acompanhar seu marido, com sua filha de dois anos na época. Conseguiu um trabalho de 20 horas, bolsas de estudos e suporte com a criança. Ela tem pós-doutorado pela *Brown University* e, na data da entrevista, estava reitora da UFBA (Oliveira, 2021).

História semelhante à de Joana, é contada por Carvalho e Silva (2014) sobre Eunice Prudente: mulher negra, advogada, professora de Direito na Universidade de São Paulo (USP), situada no Largo São Francisco. O interesse das autoras foi investigar qual a compreensão de ser docente negra na universidade. Filha de pais da classe trabalhadora e militantes, Eunice

estudou em escolas públicas de qualidade; entrou em 1968 nos cursos de Direito e História, os quais cursou durante um ano e meio. Devido à longa jornada de trabalho e algumas dificuldades, optou por continuar apenas no curso de Direito, sob orientação de seus pais, pois consideraram que ser advogada poderia lhe dar mais opções de trabalho.

Eunice fez duas especializações, Mestrado e Doutorado. Sua dissertação de Mestrado, defendida em 1982, abordou discussões sobre a criminalização do racismo, que foi instituída na Constituição de 1988, sendo o primeiro trabalho do país a discutir tal temática – “Então, antes de a Constituição dizer que racismo era crime, o único trabalho era o meu.” (Carvalho & Silva, 2014, p. 37). Os temas que discute e aborda em sua trajetória como docente e advogada tratam de temas como desigualdades sociais, o negro na ordem jurídica, direitos humanos, feminismos, entre outros. Ela participa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) discutindo as questões de gênero e, na década de 1980, esteve em espaços como a Frente de Mulheres Feministas. Eunice relata ter acompanhado a atuação de Teresa dos Santos e Sueli Carneiro na instituição do feminismo negro no Brasil.

Antes de ser docente, Eunice era aluna e funcionária da universidade, o que permitiu cruzar algumas fronteiras, com sua carreira docente começando em 1985. Relata ainda que, nos concursos, não possui lembrança de outras pessoas negras para serem docentes na faculdade de Direito (Carvalho & Silva, 2014). Assim, Eunice destaca o racismo institucional presente na USP, devido à ausência e à invisibilidade da população negra na instituição como docentes e discentes. À época da entrevista, a docente estava à frente do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEIMB), fazendo valer a aplicação da lei 10.639/2003.

O trabalho de Santos e Ziliotto (2021) apresenta uma pesquisa que investiga a presença de mulheres negras na educação, examinando suas histórias de vida e suas interseccionalidades. Ressaltam as poucas produções centradas na história dessas mulheres negras docentes, pois essa inserção é marcada pela ideia de que pessoas negras estão à margem da possibilidade de ensinar ou produzir conhecimento. Para isto, apresentam a história de Dyami (nome fictício), docente negra residente em Porto Alegre.

Pedagoga, especialista em supervisão escolar, MBA em Gestão Educacional e Mestre em Teologia,

Dyami é professora há mais de 30 anos, e há 16 era professora no Ensino Superior. No momento da entrevista, estava aposentada e trabalhava em uma faculdade privada, realizando atividades docentes e de coordenação de grupos de pesquisa. Ela relata que em sua cidade, interior do Rio Grande do Sul, fazer o curso de magistério era um “caminho natural” para as jovens da região. Em 1987, começou a trabalhar como professora e, vendo-se como a única docente negra, entendeu que precisava trazer algumas mudanças para aquele espaço. Dyami destaca a solidão dessas professoras, que na maioria das vezes, são as únicas em seus locais de trabalho e, como via de regra, são as “únicas capacitadas” para tratar de questões étnico-raciais, são com frequência solicitadas a resolver conflitos desta ordem (Santos & Ziliotto, 2021).

Em seu discurso, também relata sobre a difícil escolha para essas mulheres que é conciliar a faculdade, seja a graduação ou a pós-graduação, com as atividades do lar da família, e destaca como é importante ter apoio e políticas que as auxiliem. Neste sentido, consideramos que as histórias de Joana e Eunice se cruzam com a de Dyami e retratam as semelhanças das vivências dessas mulheres negras que tiveram que ultrapassar as barreiras do racismo, sexismo e pobreza para se tornarem professoras universitárias. Dyami também destaca o quão importante foi para sua permanência na vida acadêmica a existência de coletivos negros (Santos & Ziliotto, 2021).

Outras mulheres negras e docentes, cujos nomes verdadeiros não sabemos, mas que continuam a se assemelhar com as relatadas anteriormente, são apresentadas por Azevedo e Sacramento (2022): Ella, Filomena, Maria e Sol, nomes fictícios escolhidos pelas próprias entrevistadas, professoras no curso de Geografia em Universidades Públicas do Brasil. Vale ressaltar que a pesquisadora desse texto se apresenta como uma mulher branca e demonstra preocupação em como entender seu lugar de escuta e de fala.

Todas são professoras de Departamentos de Geografia em suas respectivas universidades, trabalhando com formação de professores, currículo, diversidade, relações étnico-raciais, gênero, território, grafias e leituras negras, educação ambiental, entre outros. A partir de entrevistas semiestruturadas, memorial acadêmico autobiográfico e a encruzilhada entre raça e gênero, Azevedo e Sacramento (2022) coletaram suas histórias.

Na fala de Ella, retrata-se o olhar de julgamento das pessoas ao ver um corpo preto ocupando o lugar de professora e doutora. Pontua que ao olharem para ela, não a veem nessa posição: mas como uma mulher negra periférica e subalternizada. Ao mesmo tempo, traz a necessidade de se ter cuidado para não homogeneizar as dores, ao entender que hoje a sua posição, como mulher negra, professora, doutora, classe média, lhe concede privilégios que outras pessoas, como sua mãe, por exemplo, não puderam acessar.

Maria e Sol também relatam situações que vivenciaram em que, seja na sala de aula ou em um supermercado, a cor e o corpo chegaram primeiro. Contudo, quando as pessoas ficam cientes de que elas são professoras universitárias, o discurso muda.

Ao serem questionadas sobre o que é ser uma mulher negra, considerando uma construção de identidade, a perspectiva da luta se sobressaiu, no sentido de terem que lutar para se apropriar de um espaço que está sempre dizendo que não lhes pertence, além de questões de como ter resistência, resiliência e se tornar uma referência, uma figura de representatividade para os alunos, já que o número de docentes mulheres negras nesses espaços é tão pequeno.

Quando perguntadas sobre como era trabalhar na universidade sendo mulher negra, Sol diz perceber isso como uma grande conquista, por ser uma de suas metas; ao mesmo tempo em que encontra uma solidão, por perceber ser a única mulher negra no *campus*, o que a leva a pensar que teve uma oportunidade que seus pares não tiveram e relembrar os sacrifícios que sua família também fez para que ela pudesse estar ali.

Semelhante ao estudo apresentado anteriormente, Crisostomo e Reigota (2010) se propõem a analisar a história de três mulheres negras, docentes no Ensino Superior em universidades privadas da cidade de Sorocaba-SP, no período de 2000 a 2007, com foco nos aspectos de gênero, raça e escolaridade, visando entender como ocorre sua inserção política e profissional, partindo do pressuposto de que estão sendo sub-representadas como docentes nesse contexto.

Dentre as similaridades das histórias dessas mulheres, apresenta-se a questão da origem de família pobre, com pais e mães que não tiveram acesso aos estudos e o incentivo familiar ao estudo, com vistas a uma mudança/ascensão social. Aspectos de discriminação também são apontados, com as exclusões sofridas por elas em determinados espaços, bem como o trabalho feito para não se permitirem sentir diminuídas.

Além disso, seus discursos enfatizam a presença de um racismo oculto, do preconceito velado e a universidade como espaço de segregação e manutenção desses comportamentos discriminatórios. Uma das entrevistadas diz se sentir questionada o tempo todo e sob olhares de canto.

O texto de Soares (2021) é o único dentro da nossa amostra de estudos escrito e narrado a partir da experiência da própria autora. Nele, Claudete Gomes Soares, mulher negra docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) problematiza as relações entre ensino superior e branquitude, refletindo o lugar da educação antirracista no processo de expansão do ensino superior na região Sul do Brasil. Ainda que não discorra sobre muitos elementos de sua trajetória como docente na universidade, fala deste lugar e toma este espaço como ponto de análise.

Claudete se apresenta como uma *outsider within*, como mulher negra, professora universitária paulista em uma universidade da região Sul do Brasil. Narra que suas inquietações partem desse lugar e que o conteúdo de seu artigo é um convite para que a academia, a produção do conhecimento, os currículos e corpos que habitam esse espaço, sejam postos em análise ao se discutir a democratização do Ensino Superior no Brasil. Para tanto, suas críticas se dão a partir da problematização da branquitude na universidade.

A autora pontua que o espaço do ensino superior público no Brasil constitui uma engrenagem de manutenção das relações assimétricas entre brancos, negros e indígenas, para além da presença ou ausência desses estudantes, já que existe uma dimensão colonial da universidade brasileira, a qual não irá desaparecer com a inclusão de pessoas periféricas, racializadas e vindas de escola pública (Soares, 2021). Ressalta, então, que a descolonização é necessária, mas que a branquitude opera como um importante obstáculo para este fim e que é preciso abordar no debate sobre democratização do ensino superior como os conhecimentos são produzidos, bem como a composição de gênero, raça, classe dos professores e professoras, gestores e gestoras.

As Ciências Exatas, a partir do levantamento realizado, apresentam-se como um campo mais perverso e de difícil inserção das mulheres negras, explicitando as resistências de sua permanência nesta área. Casagrande e Freitas (2018) realizaram uma entrevista com Katemari Diogo Rosa, em que ela compartilha sua história como mulher, negra, física e professora da UFBA. Sua trajetória é marcada por sua inserção cedo

no mercado de trabalho, aos 15 anos, conciliando trabalho e estudos. Rosa já possuía interesse em ciências e começou a frequentar o planetário que ficava próximo ao *campus* da sua escola, onde participou de um projeto de extensão durante um ano no qual o Instituto de Física oferecia atividades de laboratório para estudantes do ensino médio. Trabalhou em Organizações da Sociedade Civil (ONG's) e programas de ensino de física durante sua graduação, participando também de um intercâmbio do Departamento de Física Atmosférica no *Imperial College*, em Londres.

Ao concluir seu mestrado, ingressou como professora visitante na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na qual orientou uma aluna cujo TCC tinha o objetivo de estudar mulheres na ciência. Katemari relata que foi ali que começou a questionar onde estavam as mulheres negras na ciência, quando percebe ser a única mulher negra da física que conhecia e identifica não haver nenhum material na literatura brasileira que abordasse o assunto (apenas internacional). Tais inquietações deram origem ao seu projeto de doutorado.

Ela encontrou embates no desenvolvimento de sua pesquisa, ao ser interpelada por uma professora que focava em questões de gênero, que apontou não conseguir ver relevância em estudar mulheres negras na ciência. Além disso, essa docente sinalizou ser “problemático” analisar gênero e raça ao mesmo tempo, pois para ela seriam marcadores diferentes.

Katemari também ressalta que ao ingressar como professora universitária, enfrentou alguns desafios, sentindo a pressão de ter que fazer um bom trabalho, até melhor do que outras pessoas, pois não lhe cabia a possibilidade de errar. Pontua também o enfrentamento ao sexismo, uma vez que a área da física é predominantemente masculina.

Semelhante às questões de Katemari, encontramos a narrativa de Eliza, retratada em entrevista semiestruturada realizada por Menezes (2023). Eliza é uma mulher negra e pobre que quebrou a tríplice opressão decorrente do seu gênero, sua cor e classe social, bem como os condicionantes decorrentes das representações sociais que impõem escolhas de carreiras conforme o gênero. Eliza Maria Ferreira Veras da Silva: a primeira doutora em Matemática da Bahia, e uma das primeiras do Brasil. A autora também avalia que Eliza e outras mulheres negras no campo das ciências

exatas e tecnológicas são *outsiders within*, ressaltando a necessidade de recuperar suas histórias para alcançar a equidade na diversidade.

Como a história de outras crianças negras, Eliza viveu a infância com dificuldades financeiras, principalmente após o sumiço do pai e o medo da mãe em não conseguir ajudá-la a custear os estudos, já que a filha era ótima aluna. Nascida no interior, a única opção dada às mulheres era o magistério primário, e Eliza precisava trabalhar. Após formada, conseguiu passar em segundo lugar em Matemática na UFBA, e com o auxílio de bolsas de estudos, fez mestrado e doutorado na França, na Universidade de *Montpellier*. No Brasil, assumiu o cargo de Professora Adjunta do Instituto de Matemática na UFBA. Eliza diz que se sente realizada na profissão e que ser professora de Matemática sempre foi o seu ideal.

Discussão

As experiências relatadas por essas mulheres negras docentes refletiram o quanto este lugar provoca tensões e conflitos diferentes do que professores brancos receberiam, como aponta hooks (2020). A autora discute que o sistema racista e patriarcal assegura que as mulheres negras em posições bem-sucedidas, raramente recebem o mesmo respeito e atenção destinados a homens brancos nas mesmas posições. Ou seja, os questionamentos do porquê estão aonde estão, os olhares, as solidões e a sua pouca presença nesses espaços, demonstram a ação perversa do racismo e sexismo que recai sobre seus corpos no espaço acadêmico.

Vale fazer uma observação a respeito desta pouca presença e/ou solidão – a maioria dos artigos apresentados tem no título, conforme pode ser observado no Quadro 1, o nome dessas docentes, como de Eunice (Carvalho & Silva, 2014) e Angélica (Oliveira, 2021), denotando a especificidade de ser esta mulher negra no ensino superior e o quanto suas histórias são singulares. Ressalta-se, contudo, que seus pioneirismos precisam ser divulgados e reconhecidos a partir de suas trajetórias de vida.

Os relatos apresentados pelas entrevistas realizadas por Azevedo e Sacramento (2022), Crisostomo e Reigota (2010) e Santos e Zillio (2021), fazem refletir que a presença de mulheres negras em um ambiente historicamente branco e masculino, apontam o quanto sua presença mobiliza a universidade em seus privilégios, e a necessidade de se colocar em evidência suas

histórias, a partir delas mesmas, questionando-se esse outro que não quer se nomear – conforme provocação proposta por Claudete (Soares, 2021). A academia, na experiência de todas essas docentes, refletiu algo que hooks (2020) aponta sobre o destino de professores (as) negros (as): ensinar em espaços predominantemente brancos e masculinos. Contudo, suas trajetórias mostraram o potencial que possuem de movimentar as estruturas desse espaço embranquecido, masculino e de conhecimento eurocêntrico.

A noção de *outsider within* proposta por Menezes (2023) para a posição de Eliza entre outras mulheres na ciência e que também é ilustrada pela trajetória de Katemari (Casagrande & Freitas, 2018), pode ser estendida a todas as mulheres negras cujas trajetórias são discutidas neste trabalho. Podemos emprestar a noção cunhada por Collins (2016) para analisar o fato de que mulheres negras têm historicamente sido estrangeiras na academia, o que faz com que seus pontos de vista sejam diferentes daqueles dos homens brancos *insiders* – os estabelecidos e que, no limite, sempre se sentiram dentro desse sistema, diferentemente das sujeitas deste artigo.

As trajetórias dessas mulheres negras docentes mostram que este lugar específico na academia comprova o que Collins (2016) defende ao situar este corpo em uma sociedade racista e patriarcal – a mulher negra deve ser analisada e se analisar situando-se a partir do fenômeno do racismo e do sexismo. Mesmo que em diferentes áreas do conhecimento, suas histórias se mostraram como narrativas que expressaram as violências dessas opressões, mas que, ao mesmo tempo, convocam para o movimento e reposicionamento da academia a partir de seus olhares sobre espaços. Suas presenças, ainda que mínimas, demonstraram um potencial de mudança e reposicionamento da lógica masculina, branca e eurocentrada no espaço acadêmico e tecem caminhos para promover outras imagens simbólicas das mulheres negras professoras universitárias – que possuem nome, lugar de origem, local e posição de trabalho e conhecimentos válidos e essenciais à construção de uma academia contracolonial.

Considerações Finais

Mesmo após o advento das ações afirmativas, o que resultou no aumento do número de ingressos de pessoas negras na universidade, os dados revelam que há poucas professoras negras nesse espaço. Talvez se

esta pesquisa tivesse sido realizada acerca da docência negra e feminina na educação infantil, os dados seriam outros. Mas, considerando as exigências curriculares para estar na docência na universidade – e um *status* mais vinculado à intelectualidade que ao cuidado – torna-se um caminho duplamente mais árduo e arenoso para o acesso de mulheres negras.

Em síntese, a literatura analisada revela que as mulheres negras docentes na Universidade exercem duplas/triplas jornadas de trabalho; suas famílias reuniram esforços para que ocupassem esses espaços, mas se percebem como sendo as únicas nesse meio, o que provoca solidão.

Ademais, não são só dores que permeiam as histórias dessas mulheres, pois é possível apontar que suas vidas na docência foram positivamente transformadas, ao mesmo tempo em que transformam outras vidas e trajetórias acadêmicas.

Os percursos das mulheres negras nos ensinam que o pesadelo chamado branquitude precisa findar e é justamente a partir das lutas e construções de mulheres negras que se pode vislumbrar novos sonhos. Da mesma forma que sem elas o mundo não estaria como está, é com elas que as mudanças precisam acontecer. Mas, que mudanças vislumbramos para que mulheres negras não sejam remetidas à “senzala acadêmica”: posições subalternas, isoladas, com sobrecarga e grandes níveis de sofrimento? Para isto, se faz necessário mudanças radicais, que desloquem e desarticulem o racismo e o sexismo. Para isso, políticas públicas que auxiliem a reverter os efeitos causados por essas intersecções são necessárias, promovendo e garantindo acesso e permanência, fomento à pesquisa e valorização de seus saberes.

Referências

- Andrade, T. G. V. de; Almeida, V. M.; Miranda, V. S., & de Oliveira, R. S. (2024). Gênero, raça e suas interseccionalidades na academia: o que está sendo produzido sobre a mulher negra? *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 8(1), 178–204. <https://doi.org/10.46551/rss202410>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro: Pólen.
- Almeida, S. (2020). *Racismo Estrutural*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro: Jandaia.

- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), pp. 19- 32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Azevedo, L. C. L., & Sacramento, A. C. R. (2022). Mulheres negras professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de Geografia. *Caminhos De Geografia*, 23(87), pp. 53–69. <https://doi.org/10.14393/RCG238758866>
- Bairros, L. (2000). Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, (23). <https://doi.org/10.9771/aa.v0i23.20990>
- Brasil (2016). Censo da Educação Superior. Brasília, DF, INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>
- Brasil (2022). Informe Mir: Monitoramento e avaliação. *Ministério da Igualdade Racial*. Edição nº 3. Recuperado de: Informe-edicao-censo-demografico2022.pdf
- Brasil (2024). *Estatística de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Brasília, DF. Recuperado de: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/9ac298aaf1203418036ae00bf1272e92.pdf
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Carvalho, M. P. de, & Silva, V. A. (2014). Ser docente negra na USP: gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente. *Revista POIÉSIS*, 8(13),30 – 56. <https://doi.org/10.19177/prppge.v8e13201430-56>
- Casagrande, L. S., & Freitas, L. B. de (2018). Entrevista com Katemari Diogo Rosa. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 11(38), p. 80-89. doi: 10.3895/cgt.v11n38.9102
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. 31(1). <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- Crisostomo, M. A. dos S., & Reigota, M. A. dos S. (2010). Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. *Avaliação (Campinas)*, 15(2), 93-106. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000200005>
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Gemaa (2023). *Grupos de estudo multidisciplinares de ação afirmativa*. Desigualdades raciais na ciência brasileira. Recuperado de: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira>.
- Gife, (2022). *Notícia para os dados da Liga da Ciência Preta*. Recuperado de: <https://gife.org.br/apesar-do-aumento-de-pessoas-negras-nas-universidades-cenario-ainda-e-de-desigualdade/>.
- hooks, b. (2020). Negra, mulher e acadêmica. In: hooks, b. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante. p.356.
- Lei n. 12.711, de 29 de Agosto de 2012. (2012). Brasília, DF. Disponível em: L12711
- Lei n. 14723 de 13 de novembro de 2023. (2023), Altera a Lei 12.711/2012., Brasília, DF Disponível em: L14723
- Lei n. 12.990, de 09 de junho de 2014.(2014). Brasília, DF. Disponível em: L12990
- Lorde, A. (2019). *Irmã Outsider: Ensaios e Conferências*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Mello, L.; Resende, U. P. (2019). Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. *Sociedade e Estado, Brasília*, 34(1), 161-184. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010007>
- Menezes, M. B. (2023). Eliza: trajetória e estratégias de sobrevivência de uma outsider/within na Matemática. *Bolema*, 37(76), 407-426. <https://doi.org/10.1590/1980-4415v37n76a03>
- Oliveira, C. B. F. de (2021). Por um olhar interseccional na universidade durante e pós-pandemia: entrevista com a Dra Joana Angélica Guimarães da Luz. *SCIAS - Educação, Comunicação E Tecnologia*, 2(2), 52-58. <https://doi.org/10.36704/sciaseducomtec.v2i2.5007>
- Santos, L. L. dos, & Ziliotto, D. M. (2022). Sob o espectro da interseccionalidade: mulher, negra e professora. *Revista Interinstitucional Artes De Educar*, 8(3), 941–961. <https://doi.org/10.12957/riae.2022.59478>
- Soares. C. G. (2021). Educação antirracista e democratização do ensino superior. *Revista Contemporânea de Educação*, 16(37), 65-83. <https://doi.org/10.20500/rce.v16i37.45015>

Recebido em 08 de dez. 2024

Aceito em 16 de dez. 2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.